

Demonstrações Financeiras

**Cooperativa Central de Crédito e
Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi
PR/SP/RJ**

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de sobras e perdas	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



EY
Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar - Moinhos de Vento
90430-000 - Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores, Conselheiros e Cooperados da

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Cooperativa Central") , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Circulante			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	6.101.229	5.724.048
Aplicações em depósitos interfinanceiros		160.657	123.547
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	5.786.505	5.469.023
Carteira própria		5.786.505	5.469.023
Operações de crédito	7	133.412	110.127
Setor privado		133.416	110.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(4)	(38)
Outros créditos		20.655	21.269
Rendas a receber	8.a	8.524	11.425
Créditos específicos		197	168
Diversos	8.b	12.131	9.844
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(197)	(168)
Outros valores e bens		-	82
Despesas antecipadas		-	82
 Não circulante			
Realizável a longo prazo		677.775	717.009
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	616.622	656.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros		414.701	467.418
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	53.066	48.256
Carteira própria		53.066	48.256
Outros créditos		148.855	141.044
Diversos	8.b	148.855	141.044
Permanente		61.153	60.291
Investimentos		58.109	58.049
Outros investimentos	9	58.109	58.049
Imobilizado de uso	10	3.044	2.242
Imobilizações em curso		709	49
Outras imobilizações de uso		3.942	3.730
Depreciação acumulada		(1.607)	(1.537)
 Total do ativo		6.779.004	6.441.057

	Nota	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		6.436.360	6.137.532
Relações interfinanceiras		6.405.647	6.106.149
Centralização financeira - cooperativas	11	6.405.647	6.106.149
Outras obrigações		30.713	31.383
Sociais e estatutárias		4	4
Fiscais e previdenciárias		1.152	631
Diversas	12	29.557	30.748
 Não circulante			
Exigível a longo prazo		149.272	142.195
Outras obrigações		149.272	142.195
Diversas	12	149.272	142.195
Provisão para contingências	13	148.855	141.044
 Patrimônio líquido	14	193.372	161.330
Capital social		191.882	159.866
Reservas de sobras		1.508	1.508
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas		(18)	(44)
 Total do passivo e do patrimônio líquido		6.779.004	6.441.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro – Central
Sicredi PR/SP/RJ**

Demonstrações de sobras e perdas

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	2017			2017			2016			
	2º Semestre			Exercício			Exercício			
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	
Ingressos e receitas da intermediação financeira	275.870	-	275.870	642.114	-	642.114	752.252	-	752.252	
Operações de crédito	5.569	-	5.569	11.916	-	11.916	14.477	-	14.477	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	270.301	-	270.301	630.198	-	630.198	737.775	-	737.775	
Dispêndios e despesas da intermediação financeira	4	-	4	34	-	34	(11)	-	(11)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	4	-	4	34	-	34	(11)	(11)	
Resultado bruto da intermediação financeira	275.874	-	275.874	642.148	-	642.148	752.241	-	752.241	
Outros ingressos (dispêndios) e receitas (despesas) operacionais	(275.912)	47	(275.865)	(642.956)	770	(642.186)	(753.595)	1.266	(752.329)	
Dispêndios e despesas de pessoal	(11.392)	(4)	(11.396)	(21.297)	(25)	(21.322)	(19.240)	(56)	(19.296)	
Outros dispêndios e despesas administrativas	18	(30.031)	(8)	(30.039)	(55.749)	(81)	(55.830)	(40.825)	(120)	(40.945)
Dispêndios e despesas tributárias		(16)	-	(16)	(45)	-	(45)	(50)	(50)	
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	-	87	87	-	1.070	1.070	-	2.512	2.512
Outros ingressos e receitas operacionais	16	139.265	13	139.278	252.056	12	252.068	189.172	-	189.172
Outros dispêndios e despesas operacionais	17	(373.738)	(41)	(373.779)	(817.921)	(206)	(818.127)	(882.652)	(1.070)	(883.722)
Resultado operacional		(38)	47	9	(808)	770	(38)	(1.354)	1.266	(88)
Resultado não operacional		(12)	3	(9)	17	21	38	81	7	88
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(50)	50	-	(791)	791	-	(1.273)	1.273	-
Resultado antes das participações societárias		(50)	50	-	(791)	791	-	(1.273)	1.273	-
Resultado de participações societárias		50	(50)	-	791	(791)	-	1.273	(1.273)	-
Sobras líquidas do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de sobras	Ajustes de valor patrimonial em controladas e coligadas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>154.526</u>	<u>1.508</u>	<u>(68)</u>	<u>155.966</u>
Aumento de capital		5.340	-	-	5.340
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	24	24
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>159.866</u>	<u>1.508</u>	<u>(44)</u>	<u>161.330</u>
Aumento de capital	14	33.000	-	-	33.000
Baixa de capital	14	(984)	-	-	(984)
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	26	26
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>191.882</u>	<u>1.508</u>	<u>(18)</u>	<u>193.372</u>
Saldos em 30 de junho de 2017		<u>191.882</u>	<u>1.508</u>	<u>(38)</u>	<u>193.352</u>
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>191.882</u>	<u>1.508</u>	<u>(18)</u>	<u>193.372</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017		2016
		2 ^a Semestre	Exercício	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Sobras líquidas		-	-	-
Ajustes às sobras líquidas				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.e	(4)	(34)	11
Provisão para outros crédito de liquidação duvidosa		29	29	10
Depreciações e amortizações		376	726	658
Perda na alienação de imobilizado		633	696	60
Provisão para passivos e litígios		(614)	(734)	(159)
Provisão para bônus de produtividade		1.590	2.667	2.284
Resultado de instrumento híbrido de capital e dívida		(2.079)	(4.810)	(5.927)
Resultado de participações em controladas e coligadas		(87)	(1.070)	(2.512)
(Perdas) líquidas ajustadas do semestre/exercício		(156)	(2.530)	(5.575)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(104.268)	15.607	4.926
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		387.068	(317.482)	(1.351.913)
Redução (aumento) em operações de crédito		(5.569)	(23.251)	5.021
(Aumento) em outros créditos		(1.364)	(8.736)	(5.454)
Redução (aumento) em outros valores e bens		108	82	(68)
Aumento (redução) em relações interfinanceiras		(282.758)	299.498	1.338.725
(Redução) em obrigações por repasses		-	-	(87)
Aumento (redução) em outras obrigações		8.237	4.475	10.838
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		1.298	(32.337)	(3.587)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso		(1.298)	(2.220)	(324)
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas		-	-	(5.340)
Baixa de investimento em controladas e coligadas		-	15	195
Dividendos recebidos		-	2.526	3.716
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.298)	321	(1.753)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital		-	33.000	5.340
Baixa de capital			(984)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	32.016	5.340
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	-	-	-
Itens que não afetam caixa				
Ajuste de valor patrimonial em controladas e coligadas		20	26	24
Adiantamento para projetos tecnológicos		731	7.811	23.969
Ressarcimento de projetos tecnológicos		(731)	(7.811)	(23.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Cooperativa Central" ou "Instituição"), instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"), tendo iniciado as suas atividades em 29 de janeiro de 1985.

A Central Sicredi PR/SP/RJ, instituição sem fins lucrativos, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômicos-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Os ativos e passivos são substancialmente gerados junto a instituições ligadas, sendo os custos dos serviços da Cooperativa Central cobrados diretamente de suas filiadas, através do fluxo orçamentário preparado para cada período.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sicredi e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/88, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1)).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2018.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro-rata” dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas cuja Cooperativa Central possui controle ou influência significativa estão sendo ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante onde o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber:

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade;

Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou porque o valor da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade;

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de legislação ou de outra ação da lei.

I) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pelas Cooperativas e não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada exercício. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

p) Impostos e contribuições

As Cooperativas Centrais estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17 % para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A Cooperativa Central não possui saldos considerados como caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Circulante		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - Ligadas	160.657	123.547
Total circulante	160.657	123.547
Não circulante		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - Ligadas	414.701	467.418
Total não circulante	414.701	467.418

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	2017	2016
Carteira própria		
Fundos de investimento multimercado - FIM	3.059.772	2.416.491
Fundos de investimento de curto prazo - FI	2.726.733	3.052.532
Total circulante	5.786.505	5.469.023
Carteira própria		
Letras Financeiras - LFS	53.066	48.256
Total não circulante	53.066	48.256

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimento, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto à Cooperativa Central no montante de R\$ 33.763, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada a 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2017		2016	
	Circulante		Circulante	
Operações de crédito				
Empréstimos e títulos descontados	133.416		110.165	
Total	133.416		110.165	

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para operações de crédito	
		2017	2016	2017	2016
AA	0,00	132.582	102.027	-	-
A	0,50	834	8.138	4	38
Total		133.416	110.165	4	38

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor privado	2017				2016	
	A vencer				Total da carteira	Total da carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Intermediação financeira	-	-	133.416	-	133.416	110.165
Total - 2017	-	-	133.416	-	133.416	
Total - 2016	-	-	110.165	-		110.165

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2017	%	2016	%
Maior	17.593	13,19	14.103	12,80
10 maiores seguintes	79.335	59,46	63.910	58,01
20 maiores seguintes	36.488	27,35	32.010	29,06
Demais	-	-	142	0,13
Total	133.416	100,00	110.165	100,00

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	38	27
Constituição (reversão) de provisão	(34)	11
Saldo final	4	38

8. Outros créditos

a) Rendas a receber

	2017	2016
Ressarcimento de despesas	7.195	8.508
Dividendos e bonificações a receber	1.021	2.526
Outras	308	391
Total	8.524	11.425

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

b) Diversos

Nota	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	97	145
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	8	-
Devedores por depósitos em garantia	290	1.072
Impostos e contribuições a compensar	1	-
Pagamentos a ressarcir	487	1.642
Ressarcimento Centralizadora	11.206	6.985
Outras	42	-
 Total circulante	 12.131	 9.844
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	12	148.855
 Total não circulante	 148.855	 141.044

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

9. Investimentos

a) Avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	SicrediPar		Confederação		Redesys		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de quotas possuídas	55.780	55.780	1.418	1.418	-	-		
Percentual de participação	6,45	6,45	26,46	26,46	-	-		
Capital social	874.847	869.279	5.358	5.358	-	-		
Patrimônio líquido	893.040	911.739	5.373	5.373	-	-		
Lucro líquido do semestre	16.863	41.442	-	-	-	-		
Valor do investimento	56.685	56.610	1.422	1.422	-	-	58.107	58.032
Equivalência patrimonial	1.070	2.510	-	-	-	2	1.070	2.512

b) Avaliados pelo método de custo

	2017	2016
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC	-	15
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	2	2
Total	2	17

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

c) Movimentação dos investimentos

	2017	2016
Saldo inicial	58.049	52.729
Aumento de capital em controladas e coligadas (i)	-	5.340
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	26	24
Baixa em outros investimentos	(15)	(195)
Dividendos (recebidos) estornados	-	165
Dividendos a receber	(1.021)	(2.526)
Resultado de equivalência patrimonial	1.070	2.512
Saldo final	58.109	58.049

(i) A capitalização da SicrediPar foi dimensionada considerando a manutenção do Índice de Basileia do Banco no ano.

10. Imobilizado de uso

	2017	2016	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada			
Móveis, utensílios e instalações	2.306	(921)	1.385	1.261	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	643	(304)	339	273	20
Sistemas de transporte	977	(371)	606	649	20
Outras imobilizações	16	(11)	5	10	10
Imobilizações em andamento	709	-	709	49	0
Total - 2017	4.651	(1.607)	3.044		
Total - 2016	3.779	(1.537)	2.242		

11. Centralização financeira - Cooperativas

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 100% do CDI.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Outras obrigações – Diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Nota	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	16.547	11.945
Pendências a regularizar	2	123
Demais fornecedores	690	1.427
Credores diversos	12.318	17.253
 Total circulante	 29.557	 30.748
Credores diversos	8.b	148.855
 Total não circulante	 148.855	 141.044

13. Passivos contingentes

A Cooperativa Central possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda		
		2017	2016
Trabalhista	Provável	120	178
Cívil	Provável	297	297
Fiscal	Provável	-	676
 Total		 417	 1.151

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa Central não possuía processos cíveis cuja probabilidade de perda é possível e processos trabalhistas, fiscais cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 40 e R\$ 1.786 (2016 – R\$ 95 e R\$ 1.787), respectivamente.

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	1.151	1.310
Constituição (reversão) de provisão	(734)	(159)
Saldo final	 417	 1.151

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa Central possui depósitos judiciais no montante de R\$ 290 (2016 – R\$ 1.071), registrados na rubrica de “Outros créditos”, os quais estão relacionados a estas contingências.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 191.882 (2016 - R\$ 159.866), dividido em quotas partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes. Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa Central, conta com 31 associados (2016 - 31).

Em 08 de maio de 2017 foi efetuado aumento de capital no montante de R\$ 33.000, mediante a emissão de 33.000.000 quotas partes.

Em 27 de março de 2017 foi efetuada a baixa de capital no montante de R\$ 984 referente às quotas partes pertencentes à Cooperativa Sicredi Grande São Paulo.

15. Transações com partes relacionadas

As operações da Cooperativa Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas (Cooperativas, cooperados, Banco, SicrediPar, Confederação e Fundação), efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

i. Operações com instituições relacionadas

	2017	2016
Ativo		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.715.323	6.375.289
Carteira própria	575.358	590.965
Operações de crédito	5.839.571	5.517.279
Rendas a receber	133.412	110.127
Diversos	7.502	8.898
	159.480	148.020
Passivo		
Centralização financeira - cooperativas	6.577.161	6.271.367
Diversas	6.405.647	6.106.149
	171.514	165.218
Receitas		
Operações de crédito	891.702	939.224
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.916	14.477
Outros ingressos e receitas operacionais	630.198	737.756
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	249.554	186.991
	34	-
Despesas		
Outros dispêndios e despesas administrativas	860.909	910.922
Outros dispêndios e despesas operacionais	47.161	33.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	813.748	877.517
		11

ii. Remuneração de pessoal chave da Administração

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. No exercício findo 31 de dezembro de 2017, o valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, foi de R\$ 5.881 (2016 – R\$ 5.044), apresentado em rubrica de dispêndios e despesas de pessoal.

A Cooperativa Central não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16. Outros ingressos e receitas operacionais

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 252.068 (2016 - R\$ 189.172), sendo que deste valor o montante de R\$ 245.480 (2016 - R\$ 181.614) refere-se à receita com ressarcimento de despesas administrativas, que é resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

17. Outros dispêndios e despesas operacionais

Os outros dispêndios e despesas operacionais, item na demonstração de sobras, está assim composto:

	2017	2016
Despesas de provisões operacionais	467	468
Dispêndios de depósitos intercooperativos (i)	630.198	737.775
Contribuição Confederação	49.451	119.151
Contribuição Cooperativas filiadas	12.957	15.691
Contribuição Confederação - Sustentação	67.890	-
Contribuição Confed. - Projeto Custeio	23.994	-
Outras	33.170	10.637
Total	818.127	883.722

(i) Refere-se às despesas de captação de recursos, realizada junto às Cooperativas filiadas, decorrentes da centralização financeira desta Cooperativa Central.

18. Outros dispêndios e despesas administrativas

Os outros dispêndios e despesas administrativas, item na demonstração de sobras, está assim composto:

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Despesas de comunicação corporativa	20.270	18.190
Despesas de serasa	16.051	15.204
Despesa CDL	2.015	-
Despesas de viagem	1.504	1.496
Despesa assistencia técnica	1.086	572
Despesa recuperação crédito	6.185	-
Outras	8.719	5.483
Total	55.830	40.945

19. Estrutura de gerenciamento de risco

a) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São esses:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

b) Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação das carteiras de negociação, que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam o apetite a risco de mercado das entidades do sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

c) Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

d) Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

e) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégicas e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõe o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pelas Resoluções CMN nº 3.721/09 e 4.557/17 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com os referidos normativos.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de crédito pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos”.

20. Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)		
Capital Principal (CP)		
Capital Social	106.182	85.889
Reservas de Capital	106.182	85.889
Ajustes Prudenciais	106.182	85.889
Dedução de investimento em outras entidades	191.882	159.866
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	768.805	563.506
Risco de Credito	692.398	516.738
Risco de Mercado	53.052	28.189
Risco de Operacional	23.354	18.579
Margem de Capital¹	25.458	30.243
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,8%	15,2%
Capital Nível I (NI / RWA)	13,8%	15,2%
Capital Principal (CP / RWA)	13,8%	15,2%
Situação de Imobilização (Imob)	4.468	3.683
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,2%	4,3%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

21. Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa Central sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

**Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná,
São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Garantias prestadas em operações de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central	51	57
Total	<u>51</u>	<u>57</u>

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco, em que a cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

22. Cobertura de seguros

A Cooperativa Central mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações. A suficiência da cobertura foi determinada pela Administração, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.